

CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO  
Av. Nossa Srª dos Navegantes, 675, 6º andar, Edifício Palácio do Café - Bairro Enseada do Suá, CEP 29.050-912, Vitória - ES  
<https://www.crtes.gov.br>

## MINUTA

### CONTRATO Nº XXXXXXXX

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS xxxxxx QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA xxxxxx.

De um lado, o **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO/CRT-ES**, Autarquia Federal de Regime Especial, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, Ed Palácio do Café, Sala 600, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29050-912, neste ato representado pelo seu Presidente, **Sr. VALMIR XAVIER MARTINS**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **XXXXXX**, com sede à xxxxxx, representada pelo Sr.(a) xxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, aqui denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº. XXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº. xxxxx mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Instrumento é a **contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia, destinados à reforma e adequações na Sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo, localizada na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº. 675, 6º andar, Edifício Palácio do Café, Enseada do Suá, Vitória/ES**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

**1.2.** As especificações técnicas do serviço encontram-se pormenorizadas nos projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas de materiais e serviços vinculados a esta contratação.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº. Xxxxx;
- 1.2.3.** A proposta da Contratada;
- 1.2.4.** Projetos executivos, memorial descritivo e planilha de materiais e serviços.
- 1.2.5.** Eventuais anexos dos documentos supra citados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

**2.2.** O prazo de execução dos serviços tem previsão de 03 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. O prazo de execução da reforma está previsto no cronograma físico financeiro, podendo ser prorrogado com justificativa técnica fundamentada pela Contratada e aceita pelo CRT-ES.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições constam no Termo de Referência Anexo I do Pregão Eletrônico nº. Xxxxxx.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** O valor global da presente contratação é de R\$ xxxxxx

**4.2.** O valor da contratação inclui os custos com mão de obra técnica e administrativa; encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários; seguros; taxas; materiais; equipamentos; ferramentas; licenças; bem como **todas as despesas com deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem e demais custos decorrentes da execução da reforma, englobando os custos e despesas diretas e indiretas.**

**4.3.** Não será admitido qualquer pagamento adicional, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão de despesas não previstas ou subestimadas pela proponente, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

**4.4.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária referente ao exercício de 2026, prevista no orçamento do CRT-ES:

Conta: 6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Reformas	Centro de Custos: 02.02.06.001 - Aquisição/Reforma da Sede do CRT-ES
--	---

### **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1.** Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato, a Contratada deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, em uma das seguintes modalidades:

**5.2.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

**5.2.2.** seguro-garantia;

**5.2.3.** fiança bancária emitida por instituição autorizada a funcionar no país.

**5.3.** A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**5.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**5.4.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**5.4.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo da Contratada durante a execução do contrato;

**5.4.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

**5.4.4.** obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais não adimplidas.

**5.5.** A garantia deverá ter validade durante toda a vigência contratual e ser estendida automaticamente em caso de prorrogação do contrato.

**5.6.** A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, mediante comprovação de quitação de todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas e previdenciárias.

**5.7.** Nos casos de rescisão contratual, a garantia será executada para ressarcimento da Administração, se houver, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei e neste contrato.

**5.8.** A não prestação da garantia exigida ou sua não renovação, quando necessária, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**6.1.** A avaliação da execução dos serviços utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no cronograma físico e financeiro, após ateste da medição pela fiscalização e apresentação do relatório de execução com planilha dos itens executados. Após aprovação da planilha de medição será solicitado a emissão da nota fiscal a qual será atestada pelo responsável técnico da Contratante e posteriormente enviada para liquidação e pagamento.

**6.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Do recebimento**

**6.3.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**6.4.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**6.5.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. (Art. 22 e 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.6.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**6.7.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, parte dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**6.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**6.9.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, nos projetos executivos, memoriais e planilhas de materiais e serviços e na proposta comercial, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.10.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços.

**6.11.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### **Liquidação**

**6.12.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias para fins de liquidação.

**6.13.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**6.14.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**7.1.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** A Contratada deve:

**7.2.1.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

**7.2.2.** Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pelo Contratante;

**7.2.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

**7.2.4.** Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

**7.2.5.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante.

**7.2.6.** Apresentar garantia contratual nos termos e condições previstos neste Instrumento;

**7.2.7.** Manter atualizados os dados do preposto e responsável técnico dos serviços;

**7.2.8.** Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;

**7.2.9.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Contratante ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços;

**7.2.10.** Responder pela recuperação dos ambientes em caso de intervenção na estrutura durante a instalação;

**7.2.11.** Planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços objeto deste contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas especificações técnicas constantes do Edital e Anexos;

**7.2.12.** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e sociais resultantes da contratação;

**7.2.13.** Reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do CRT-ES.

**7.2.14.** Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo Contratante.

**7.2.15.** Fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;

**7.2.16.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

**7.2.17.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante.

**7.3.** São expressamente vedadas à Contratada:

**7.3.1.** A utilização do nome do **CRT-ES** para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização do Conselho.

**7.3.2.** A contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CRT-ES** ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

**7.3.3.** A subcontratação total do objeto deste contrato.

**7.3.3-1.** Os serviços da planilha orçamentária poderão ser parcialmente subcontratados até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total dos serviços, conforme definido no Edital de Licitação e seus anexos.

**7.3.3-2.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CRT-ES** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.4.** A Contratante deve:

**7.4.1.** Expedir a Ordem de Serviço;

**7.4.2.** Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

**7.4.3.** Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências nos horários previamente acordados;

**7.4.4.** Notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**7.4.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2023;

**7.4.6.** Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

**7.4.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas do CRT-ES quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

**7.4.8.** Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionados;

**7.4.9.** Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha verificada no cumprimento do contrato;

**7.4.10.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessários;

**7.4.11.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

**7.4.12.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**7.4.13.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando houver causa e mediante processo administrativo conforme a lei;

**7.4.14.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

**7.4.15.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CUMPRIMENTO ÀS REGRAS DE CONFIDENCIALIDADE**

**8.1.** A Contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a tratar eventuais dados pessoais a que tenha acesso exclusivamente para a execução do objeto contratado.

**8.2.** O tratamento de dados, quando necessário, deverá limitar-se ao mínimo indispensável à execução dos serviços, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa da contratual.

**8.3.** A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento

inadequado ou ilícito, responsabilizando-se por danos decorrentes de eventual violação à legislação aplicável.

**8.4.** Eventual incidente de segurança envolvendo dados pessoais deverá ser comunicado imediatamente à Administração.

#### **CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pelo Contratante.

**9.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual, competindo-lhe a supervisão, coordenação e fiscalização das atividades executadas pelo subcontratado, bem como a responsabilidade direta perante a Contratante pelo fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**9.3.** As condições relativas à subcontratação encontram-se detalhadas no Termo de Referência (TR), o qual integra o presente contrato para todos os fins.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) designado(s) pelo Contratante, nos termos da legislação aplicável.

**10.2.** A fiscalização terá poderes para verificar o cumprimento das obrigações contratuais, exigir a correção de serviços executados em desacordo com os projetos e documentos da contratação, bem como determinar as providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos observados.

**10.3.** A atuação da fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade, segurança e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, nos projetos, planilhas, memorial descritivo e neste contrato.

**10.4.** As condições relativas à fiscalização encontram-se detalhadas no Termo de Referência (TR), o qual integra o presente contrato para todos os fins.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES**

**12.1.** Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada:

**12.1.1.** Será sancionada com advertência, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.2.2.** Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**12.2.2-1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração.



**12.2.2-2.** Der causa à inexecução total do contrato;

**12.2.2-3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

**12.3.** Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

**12.3.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

**12.3.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

**12.3.3.** Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.3.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**12.4.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

**12.5.** No caso de atraso injustificado na conclusão do objeto, a multa terá o valor de 0,5% do total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, até o limite de 30 (trinta) dias, a partir de quando será configurada a inexecução parcial do objeto.

**12.6.** O atraso injustificado na conclusão do objeto se caracteriza:

**12.6.1.** A partir do primeiro dia após findo o prazo de execução, para serviços não concluídos; e/ou

**12.6.2.** A partir do primeiro dia após findo o prazo concedido pela Fiscalização para solução de pendências nos serviços concluídos.

**12.7.** No caso de inexecução parcial do objeto, a multa terá o valor de 15% do total do contrato.

**12.8.** A inexecução parcial será caracterizada por:

**12.8.1.** Execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% do valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro vigente;

**12.8.2.** Atraso injustificado na conclusão do objeto maior que o limite estipulado no item relativo à multa por atraso injustificado na conclusão do objeto;

**12.8.3.** Abandono injustificado da obra por 5 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis em um período de 3 meses.

**12.9.** No caso de inexecução parcial do objeto, que cause grave dano à administração do CRT-ES, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa terá o valor de 30% do total do contrato.

**12.10.** Da aplicação de penalidades caberá recurso;

**12.11.** As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo **CRT-ES** após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**



**13.1.** A extinção deste contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

**13.2.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**13.3.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo os princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

**15.1.** Incumbirá ao **CRT-ES** divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, [www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**15.1.** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Contrato, fica eleito o **foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo**, em conformidade com o disposto no art. 92, §1º, da **Lei nº 14.133/2021**.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

---

**VALMIR XAVIER MARTINS**  
**Presidente do CRT-ES**  
CONTRATANTE

---

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Carla Costa Barbosa**, Supervisor (a) de Compras e Licitações, em 17/04/2026, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida neste [link](#), informando o código verificador **0065460** e o código CRC **4F526D92**.

13640.000074/2025-19

0065460v2